



## PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTICAPACITISTAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DA LITERATURA INTERNACIONAL<sup>1</sup>

Simone De Mamann Ferreira<sup>2</sup>  
Marivete Gesser<sup>3</sup>  
Geisa Letícia Kempfer Böck<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente estudo faz parte de uma pesquisa de doutorado do Programa de Pós Graduação em Psicologia/UFSC e tem como objetivo, a partir de uma revisão de literatura realizada, caracterizar a produção do conhecimento sobre práticas educativas anticapacitistas. Os dados obtidos nessa revisão integrativa de literatura foram por meio de ensaios teóricos e artigos científicos, com a limitação do período de 2009 a 2020. As bases de dados escolhidas de âmbito nacional e internacional para o levantamento das publicações para esta revisão foram: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Educational Resources Information Centre (ERIC), Social Sciences Citation Index (Web of Science) e Elsevier (SCOPUS). Após a análise das juízas de concordância, chegou-se a um total de 32 publicações para composição deste estudo. Um protocolo foi organizado pelas autoras para utilização na busca, com intuito de direcionar o levantamento de forma mais assertiva. Além disso, as perguntas orientadoras desta revisão de literatura foram: “Como o capacitismo se reproduz na educação básica?” e “Quais as contribuições dos estudos sobre capacitismo para a construção de práticas educativas anticapacitistas? Neste trabalho, será dada ênfase aos dados obtidos por meio da última pergunta. As análises foram realizadas com base no protocolo estruturado pelas autoras e na análise de conteúdo de Laurence Bardin (2004). Sobre as práticas educativas anticapacitistas indicadas nos artigos podemos destacar a necessidade dos profissionais das escolas compreenderem a deficiência com base nos Estudos da Deficiência e o impacto disso em suas ações, a necessidade da (re)organização dos currículos para que se tornem mais acessíveis e na proposição de estratégias pedagógicas condizentes com práticas educativas que coadunem com a inclusão escolar. Conclui-se a importância de estudos e pesquisas acerca da temática, para fundamentar as práticas educativas anticapacitistas no ambiente escolar e sua abordagem em formações docentes.

Palavras-chave: Práticas educativas anticapacitistas, Educação Básica, capacitismo.

### INTRODUÇÃO

A Educação escolar inclusiva é uma perspectiva adotada pelo sistema educacional brasileiro, independente da modalidade de ensino. No Brasil, as pessoas com deficiência ainda não estão tendo o direito às práticas educacionais que atendam o seu modo de aprender.

---

<sup>1</sup> Parte de uma pesquisa de doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

<sup>2</sup> Doutoranda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, [simone.mamann@gmail.com](mailto:simone.mamann@gmail.com)

<sup>3</sup> Professora orientadora: Pós-Doutora (State University of New York/USA), Doutora em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, [mariveteg@gmail.com](mailto:mariveteg@gmail.com)

<sup>4</sup> Professora co-orientadora: Doutora em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Universidade do Estado de Santa Catarina/UNESC, Santa Catarina. [geisabock@gmail.com](mailto:geisabock@gmail.com)



Algumas legislações encontram-se em vigor no contexto brasileiro e corroboram para os princípios da educação inclusiva, abarcando distintos grupos que foram historicamente excluídos, inclusive às pessoas com deficiência. Dentre elas a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998) ao indicar a educação como direito de todos e a incorporação da Convenção Internacional de Direito das Pessoas com Deficiência pelo Decreto Legislativo nº. 186, de 9 de julho de 2008 (CDPD, 2008) a essa. Também abrange nesse rol de leis, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008) que aborda sobre concepção de direitos e indica a possibilidade de práticas educativas e ações inclusivas na escola. E mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão, lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015 (LBI, 2015) traz em seu escopo, os direitos fundamentais das pessoas com deficiência e especifica cada um deles, com elementos necessários para implementação destes.

Diante disso, as pessoas com deficiência ainda encontram muitas dificuldades quanto ao acesso e permanência na escola, destacamos aqui as que perduram na educação básica, tais como as barreiras sociais: atitudinais, físicas, arquitetônicas, entre outras (BRASIL, 2015) que obstaculizam sua participação na escola e o direito à Educação. Além disso, a presença do capacitismo como opressão aferida às pessoas com deficiência colabora diretamente para a permanência destas barreiras sociais no ambiente escolar (GESSER, 2020; GESSER, BLOCK e MELLO, 2020).

Compreende-se o capacitismo como “[...] uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de compreensão de si e do corpo (padrão corporal), projetando um padrão típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano” (CAMPBELL, 2009, p. 44 *tradução nossa*). Tal opressão está entranhada na cultura social e conseqüentemente na escolar, por considerar estas pessoas fora da “norma” e incapazes de realizar atividades condizentes em uma sociedade capitalista (GESSER, BLOCK e MELLO, 2020; CAMPBELL, 2009), bem como por sofrerem práticas opressivas e preconceituosas no ambiente escolar, acarretando sua exclusão (CAMPBELL, 2009; TAYLOR, 2017).

Nos contextos educativos a perspectiva da educação inclusiva surge como contraponto ao capacitismo perpetuado ainda nos espaços escolares (BÖCK, GESSER e NUERNBERG, 2020), pois defende a ideia da inserção de todas as pessoas na escola, independente da sua condição humana e respeito às diferentes formas de participação e aprendizagem de cada sujeito (MENDES, 2017). A inclusão escolar é o termo utilizado para a escolarização de pessoas com deficiência. Pauta-se nas ideias da não discriminação, igualdade de acesso à escola regular, garantia de currículo acessível, oportunidades educacionais e extracurriculares,



serviços de apoio e supressão de barreiras, que impeçam a escolarização e participação dos estudantes com deficiência (PRIETRO, 2006; MENDES, 2017).

O presente estudo faz parte de uma pesquisa de doutorado do Programa de Pós Graduação em Psicologia/UFSC com o objetivo de caracterizar a produção do conhecimento sobre práticas educativas anticapacitistas. Como uma das etapas da pesquisa foi realizada uma revisão integrativa de literatura de artigos científicos e ensaios teóricos, realizada entre os anos de 2020 e 2021 em base de dados nacional e internacional. Salientamos que, fizemos um recorte da referida pesquisa para apresentação neste evento, direcionando os resultados e análises apresentadas a partir da pergunta orientadora da revisão de literatura: “Quais as contribuições dos estudos sobre capacitismo para a construção de práticas educativas anticapacitistas?”

Este trabalho torna-se relevante por trazer discussões recentes sobre a compreensão da deficiência, reprodução do capacitismo e a sistematização de elementos que venham a compor práticas educativas anticapacitistas para a educação básica. Além disso, nas bases investigadas, não encontramos nenhuma revisão de literatura referente à temática pesquisada, o que demonstra urgência na discussão acerca do assunto.

## **METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se numa revisão de literatura integrativa, de caráter qualitativo. A revisão integrativa constitui em um método proposto pelo autor Cooper (1984), que permite a criação e organização de análises de forma ampla à literatura, colaborando consideravelmente para construção de avaliações críticas da temática a ser investigada e com indicações para futuras pesquisas, estudos e identificação de possíveis lacunas existentes com relação ao conhecimento científico do que se explora (COOPER, 1984).

O caminho metodológico deste estudo seguiu o que foi proposto pelos autores Botelho, Cunha e Macedo (2011), constituído por seis etapas utilizadas nesta revisão: 1. identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2. estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; 3. identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 4. categorização dos estudos selecionados; 5. análise e interpretação dos resultados e; 6. apresentação da revisão do conhecimento (BOTELHO, CUNHA e MACEDO, 2011).

Primeiramente, duas perguntas orientadoras foram organizadas a partir do objetivo proposto: “Como o capacitismo se reproduz na educação básica?” e “Quais as contribuições dos estudos sobre capacitismo para a construção de práticas educativas anticapacitistas?”.

Porém, para este trabalho completo, as autoras optaram por dar ênfase aos resultados alcançados por meio da última pergunta.

Os dados obtidos foram por meio de ensaios teóricos e artigos científicos, com a limitação do período de 2009 a 2020. As bases de dados escolhidas de âmbito nacional e internacional para o levantamento das publicações para esta revisão foram: Educational Resources Information Centre (ERIC), Elsevier (SCOPUS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Social Sciences Citation Index (Web of Science).

Os descritores validados pelas profissionais da Biblioteca da UFSC e utilizados para a pesquisa nos títulos, resumos e palavras – chave foram: “Ableism” AND “Educat\*”, “Ableism” AND “School”, “Anti Ableism” AND “Educat\*” e “Anti Ableism” AND “School. Na base de dados da ERIC, a busca foi realizada em todos os campos, da forma apresentada: ("Ableism" OR "Anti Ableism" OR "Anti-Ableism") AND ("Education" OR Educat\* OR "School" OR "Schools"), uso do filtro “apenas revisado por pares”, idiomas inglês, português e espanhol e título, resumo e palavras-chave. As coletas foram realizadas nos respectivos períodos: 21 a 23 de agosto de 2020 e de 10 a 12 de agosto de 2021.

Quanto aos critérios de inclusão, foram estabelecidos os seguintes: artigos científicos e ensaios teóricos que estivessem nos idiomas português, inglês e espanhol, com enfoque na educação básica - ensino fundamental e médio; disciplinas; experiências escolares e vivências de estudantes com deficiência na escola; capacitismo e outras opressões; educação inclusiva e formação docente. Como critérios de exclusão, eliminou-se àquelas publicações que não estavam de acordo com o estabelecido para esta revisão, ou seja, teses, dissertações, resenhas, entre outras e indicações que estejam em desacordo com critério de inclusão.

A partir da aplicabilidade dos critérios de inclusão e exclusão, o uso dos descritores já citados acima, remoção dos duplicados e leitura dos títulos, resumos e palavras-chave com base no objetivo e pergunta orientadora, chegou-se no total de 41 artigos e ensaios. Para melhor refinamento desta revisão de literatura, optou-se pela análise de duas juízas de concordância, acadêmicas e estudosas da área, para revisão dos artigos e ensaios escolhidos a partir de um protocolo organizado pelas autoras. Cada juíza recebeu individualmente, as informações necessárias no protocolo para leitura e análise dos títulos, resumos e palavras-chave a partir do objetivo e pergunta orientadora. Após recebermos os resultados das juízas, verificou-se quais as publicações seriam inseridas na revisão, chegando ao resultado de 80,48% de concordância. Foi necessária uma reunião entre as autoras e juízas para discussão quanto à escolha dos estudos discrepantes e chegou-se ao total de 100% de concordância.



Foram 32 trabalhos selecionados para a revisão integrativa de literatura na busca realizada com base no objetivo e perguntas orientadoras, chegamos no total de 3 categorias elencadas: 1) reprodução do capacitismo na educação básica; 2) capacitismo como uma experiência interseccional e; 3) contribuições para práticas educativas anticapacitistas na educação básica. Porém, para este trabalho iremos nos deter apenas nos resultados e análises da última categoria elencada: **“Contribuições para práticas educativas anticapacitistas na educação básica”**, que totalizam 11 publicações. Salientamos que as análises foram realizadas com base no protocolo estruturado pelas autoras e na análise de conteúdo proposto pela autora Laurence Bardin (2004).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A seguir, apresentaremos alguns resultados obtidos nesta revisão integrativa de literatura, bem como, as análises realizadas com base nas publicações e no referencial teórico escolhido. Salientamos que, baseado nos artigos científicos e ensaios teóricos escolhidos para esta revisão, organizamos as discussões com relação à presença do capacitismo na educação básica e algumas indicações para práticas educativas anticapacitistas que contribuem na inclusão escolar de estudantes com deficiência.

Conforme já mencionamos anteriormente, foram elencadas 3 categorias de análise, porém, para este trabalho no Congresso Nacional de Educação/CONEDU, nos deteremos apenas na categoria: **Contribuições para práticas educativas anticapacitistas na educação básica**. Seguem as informações das 11 publicações selecionadas: *“I guess i’ll have to bring it”*: *Examining the construction and outcomes of a social justice-oriented service-learning partnership* - autores: Christa S. Bialka, Stacey Havlik, Gina Mancini e Helene Marano (2019); *Dominant narratives, subjugated knowledges, and the righting of the story of disability in K-12 curricula* - autoras: Jessica K. Bacon e Priya Lalvani (2019); *A psychopedagogic approach for inclusive classes in disadvantaged rural primary schools in South Africa: advancing teaching practices* - autores: Andrea Mqondiso Buka e Jacob Maisha Molepo (2016); *Dysconscious ableism: toward a liberatory praxis in teacher education* - Autoras: Alicia Broderick e Priya Lalvani (2017); *Addressing racism and ableism in schools: A DisCrit leadership framework for principals* - Autor: David DeMatthews (2020); *Forgotten bodies – an examination of physical education from the perspective of ableism* - Autores: Martin Giese e Sebastian Ruin (2018); *The 3P model for creating sustainable educational reform: an epilogue to the special issue* - Autores: Thomas Peter Gumpel, Judah Koller, Naomi Weintraub, Shirli Werner, Vered Wiesenthal (2020); *Inverse inclusion: an experiential model for preservice teacher education* - Autora: Angela M. La Porte (2020); *Institutionalized ableism and the misguided “disability awareness day”*: *transformative pedagogies for teacher education* - Autoras:





Priya Lalvani e Alicia Broderick (2013); *Toward inclusive mathematics education: a metatheoretical reflection about countering ableism in mathematics standards and curriculum* - Autores: Alexis Padillaa e Paulo Tan (2019) e; *'Children see before they speak': an exploration of ableism in art education* - Autora: Claire Penketh (2017).

Os artigos científicos e ensaios teóricos selecionados são estudos que agregam as indicações de práticas e abordagens para a inclusão escolar de estudantes com deficiência, bem como à proposição de ações inclusivas e com elementos anticapacitistas para o campo da formação de professores.

### **Contribuições para práticas educativas anticapacitistas na educação básica.**

Com base nas leituras dos 11 trabalhos que fizeram parte da discussão desta categoria, apresentaremos os seguintes tópicos que a compõem: indicações de práticas e abordagens para inclusão escolar e indicações para formação docente.

#### **Tópico 1 - Indicações de práticas e abordagens para inclusão escolar**

Os trabalhos que fazem parte deste tópico agregam os seguintes autores: Padillaa e Tan (2019); Bacon e Lalvani (2019); Bialka et al. (2019); Giese e Ruin (2018); Penketh (2017); Buka e Molepo (2016); Gumpel et al. (2020) e DeMatthews (2020).

Indica-se na maioria dos estudos, a necessidade dos profissionais da educação e estudantes compreenderem a deficiência com base no modelo social, ou seja, àquele que denuncia a estrutura social como obstaculizadora da participação efetiva das pessoas com deficiência enquanto cidadãos de direitos (DINIZ, 2007). Em alguns estudos como de Padillaa e Tan (2019) e Bacon e Lalvani (2019), indica-se a importância dos Estudos da Deficiência e sua inserção em diversas áreas, entre elas a da matemática, com intuito de contribuir nas discussões sobre deficiência, no combate ao currículo tradicional e inacessível, para construção social e na promoção de práticas inclusivas.

A maioria dos trabalhos também articulam suas discussões acerca do conceito de capacitismo, para compreender como emergem nas falas e atitudes das pessoas com objetivo de fissurar ideias preconceituosas e opressivas, indicar a necessidade de mudanças nos entendimentos com relação à deficiência e conscientização nas posturas dos profissionais e estudantes no espaço escolar (PADILLAA e TAN, 2019; BACON e LALVANI, 2019; BIALKA et al., 2019). Outros trabalhos indicam a importância de considerar elementos para repensar currículos escolares acessíveis e anticapacitistas, com base na pedagogia crítica como ferramenta para o ensino de estudantes com ou sem deficiência, necessidade de



estratégias pedagógicas variadas que corroborem com processos de ensino e aprendizagem e proposição de avaliações variadas (PADILLAA e TAN, 2019; BACON e LALVANI, 2019; BIALKA et al., 2019; DEMATTHEWS, 2020; BUKA e MOLEPO, 2016).

Aponta-se a necessidade da organização de um documento como ferramenta para implicações em sala de aula na disciplina de matemática e sugere de que forma os professores podem agir para eliminar linguagens e práticas capacitistas: organização de planos de aula direcionados a uma prática inclusiva, a importância do trabalho compartilhado e coletivo entre os profissionais da escola, família e estudantes da escola com respeito aos marcadores sociais, manutenção e permanência da dialogicidade entre os profissionais, entre outros, em busca de uma educação matemática inclusiva e na busca de justiça social (PADILLAA e TAN, 2019).

A proposição de um guia para lideranças escolares, foi sugerido pelo autor DeMatthews (2020), no sentido de orientá-los na estruturação de escolas inclusivas com espaços mais equitativos, considerando que o racismo e o capacitismo estão embutidos nas escolas e os diretores podem vir a reproduzir tais desigualdades de forma inconsciente. Este documento consiste em uma lista de ações que servirão como ponto de partida para auxiliar os gestores na autorreflexão e envolvimento coletivo para contestar as opressões presentes na escola e direcionar a um espaço realmente inclusivo.

Nesse sentido, vários estudos apresentam algumas indicações urgentes para que ações estejam em acordo com práticas educativas anticapacitistas como: atender a diversidade na escola, práticas de ensino inclusivas e estratégias condizentes com as necessidades dos estudantes, qualificação do trabalho docente, participação efetiva dos estudantes na escola e quanto a sua percepção no processo de escolarização e atividades e avaliações variadas (BUKA e MOLEPO, 2016; PADILLAA e TAN, 2019; BACON e LALVANI, 2019; GIESE e RUIN, 2018; PENKETH, 2017). Por fim, os autores Gumpel et al. (2020), além de considerarem as experiências docentes ao atendimento às necessidades dos estudantes e a mudança curricular, indicam a importância da implementação dos princípios e diretrizes do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) nos planejamentos e estratégias escolares.

## **Tópico 2 - Indicações para formação docente.**

Neste tópico, os trabalhos que fazem parte das discussões sobre ações para formação docente que coadunam com elementos anticapacitistas são os seguintes: Lalvani e Broderick (2013); Broderick e Lalvani (2017) e La Porte (2020).

No estudo de La Porte (2020) inicia-se a discussão sobre diversas legislações direcionadas à educação inclusiva e os impactos destas na experiência docente na escola. A



autora nomeia como *deficit model of inclusion* (modelo de déficit de inclusão) uma das formas de capacitismo aferido às pessoas com deficiência presente nos estereótipos e conotações negativas. A *inclusão inversa* sugerida por La Porte (2020), torna-se um importante programa de formação para professores na área de artes, como possibilidade de mudança nas práticas educativas e na quebra de barreiras hierárquicas e estereotipadas por meio das relações recíprocas. Neste curso, há o revezamento de papéis entre professor, assistente e observador, que participam como estudantes regulares, com objetivo de modificar suas percepções e crenças a respeito dos estudantes com deficiência e auxiliando na implementação de práticas inclusivas.

Os outros dois trabalhos foram escritos pelas mesmas autoras em anos diferentes (LALVANI e BRODERICK, 2013; BRODERICK e LALVANI, 2017) sobre pesquisas realizadas com estudantes das turmas da disciplina ministrada por elas que se intitula *Os contextos socioculturais da deficiência e a educação inclusiva*, ofertada em cursos de pós-graduação nos EUA. Esta disciplina possibilitou a formação de docentes que atuam na educação básica com base nos Estudos da Deficiência Crítica em Educação (DSE), com discussões quanto ao uso de estratégias de aprendizagem e justiça social e compreensão acerca da deficiência.

No primeiro estudo de Lalvani e Broderick (2013), as autoras trazem discussões sobre as percepções de pós-graduandos sobre o uso de simulações de deficiência realizadas em escolas, como atividade pedagógica para ensinar sobre a deficiência às crianças. O contexto do estudo foi um curso de formação de professores para a educação básica com base nas perspectivas dos estudos críticos da deficiência.

Como resultados e discussões do estudo, indicaram elementos importantes para formação docente atuantes na educação básica, pois, a transformação do pensamento inicial dos estudantes do curso quanto ao uso das simulações de deficiência junto às crianças, para um pensamento e atuação mais crítico. Isso impacta diretamente na organização do planejamento e atividades pedagógicas que combatam o capacitismo na escola, a visão equivocada da deficiência como déficit, proporcionando mudanças nas práticas e atuação docente.

No estudo realizado no ano de 2017, o curso direcionou as discussões críticas sobre práticas individuais, culturais e institucionais vinculadas à educação das pessoas com deficiência e como o *capacitismo inconsciente* está presente em ações docentes e no ambiente escolar. A abordagem utilizada foi por meio do conceito de deficiência, justiça social e as relações de poder, com objetivo de analisar as escritas dos participantes com base em duas





perguntas sobre segregação educacional de pessoas com deficiência e conceituação de deficiência e, desta forma verificar a compreensão que se tem sobre deficiência e como o capacitismo opera nas atitudes dos professores (BRODERICK e LALVANI, 2017).

As autoras Broderick e Lalvani (2017) com base nos dados, organizaram as análises em 3 categorias: conservador (práticas tradicionais), liberal (busca de reforma e mudanças) e radical (noção extrapolada do capacitismo inconsciente e ausência de reflexão crítica consciente sobre capacitismo nos estudantes). A partir das análises e discussões, as autoras indicaram algumas formas para interrupção do capacitismo inconsciente: formação de professores com base no DSE para transformação da consciência; discussões sobre compreensão de deficiência e capacitismo na escola; envolvimento dos professores na construção de novas práticas educacionais e sociais na escola e; busca de uma educação anticapacitista que se alinhe a justiça social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo, o qual faz parte de uma pesquisa de doutorado em Psicologia/UFSC, teve como objetivo caracterizar a produção do conhecimento sobre práticas educativas anticapacitistas a partir de uma revisão integrativa de literatura de artigos científicos e ensaios teóricos. Os 11 estudos selecionados para apresentação no evento do CONEDU, fazem parte da categoria **“Contribuições para práticas educativas anticapacitistas na educação básica”** e colaboraram para análises e discussões sobre formação docente e algumas indicações de elementos para constituição de práticas anticapacitistas na educação básica.

Com relação aos elementos para composição de práticas educativas anticapacitistas indicadas nos artigos científicos e ensaios teóricos escolhidos, mostra-se a importância da formação de professores ser organizada com base nos Estudos da Deficiência e de forma interseccional. Torna-se necessária a apresentação de leituras e discussões críticas que auxiliem de fato com as ações pedagógicas inclusivas e o combate ao capacitismo, assim como qualquer outra forma de opressão no ambiente escolar.

Além disso, indica-se ainda que para a construção de práticas educativas é imprescindível que atendam as necessidades e demandas dos estudantes com ou sem deficiência, organização de planejamentos que proponham estratégias, atividades e avaliações pedagógicas condizentes com práticas que coadunem com a perspectiva inclusiva e a urgência na construção de currículos acessíveis para todos. O trabalho articulado e colaborativo entre os profissionais da escola, também é um dos elementos significativos para a estruturação de



práticas educativas anticapacitistas. As trocas entre os profissionais são importantes para composição de diálogos e articulações potentes para atuação em sala de aula e nos demais espaços, com objetivo de colocar em prática os planejamentos que atendam a diversidade.

Concluimos que nesta revisão integrativa de literatura, mesmo com número limitado de base de dados, percebeu-se a escassez de trabalhos que abordam a temática do capacitismo e anticapacitismo na educação básica, bem como na organização de práticas educativas condizentes com o modelo social da deficiência, fazendo-se urgente pesquisas e discussões na área. Tal indicação, corrobora com o fato da necessidade de fundamentações teóricas e práticas para construção e efetivação urgente de práticas educativas anticapacitistas no ambiente escolar e que atendam estudantes com ou sem deficiência.

## REFERÊNCIAS

- BACON, J. K., & LALVANI, P. Dominant narratives, subjugated knowledges, and the righting of the story of disability in K-12 curricula. *Curriculum Inquiry*, 49:4, 2019. 387-404. DOI: 10.1080/03626784.2019.1656990
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*, 3ª ed. Lisboa/Portugal, Editora Edições 70. 2004.
- BIALKA, C. S., HAVLIK, S., MANCINI, G., & MARANO, H. “I guess i’ll have to bring it”: Examining the construction and outcomes of a social justice-oriented service-learning partnership. *Journal of Transformative Education*. 2019. 1-21. DOI: 10.1177/1541344619843517
- BÖCK, G. L. K.; GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. O desenho universal para aprendizagem como um princípio do cuidado. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 361-380, 2020. DOI: 10.5965/1984317815022019361. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/15886>. Acesso em: 10 de out. 2022.
- BOTELHO, L. L. R., CUNHA, C. C. A., & MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Revista Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v.5, n.11, p.121-136. 2011.
- BRODERICK, A.; LALVANI, P. Dysconscious ableism: toward a liberatory praxis in teacher education. *International Journal of Inclusive Education*, 21:9, 2017. 894-905. DOI: 10.1080/13603116.2017.1296034



BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>

Acesso em: 01 out. 2022.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 7 de janeiro de 2008. Disponível em

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em: 01 out. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. 1988.

Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) >

Acesso em: 01 out. 2022.

BUKA, A. M., & MOLEPO, J. M. A psychopedagogic approach for inclusive classes in disadvantaged rural primary schools in South Africa: advancing teaching practices.

International Journal of Educational Sciences, 12:1, 2016. 38-44. DOI:

10.1080/09751122.2016.11890410

CAMPBELL, F. K. Contours of Ableism – The production of disability and abledness,

London: Palgrave Macmillan. 2009.

COOPER, H. M. The Interative research review: a systematic approach. Newburg Park, CA:

Sage. 1984.

CDPD. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Decreto n. 186, de 9 de julho de 2008. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília, Brasil. 2011.

DINIZ D. O que é deficiência. São Paulo. Brasiliense. 2007.

GESSER, M. Por uma educação anticapacitista: contribuições dos estudos sobre deficiência para a promoção de processos educativos inclusivos na escola. In: Oltramari, L. C., Gesser, M., & Feitosa, L. R. C. (Orgs.). Psicologia Escolar e Educacional: processos educacionais e debates contemporâneos. Florianópolis: Editora do Bosque. 2020.

GESSER, M., BLOCK, P., & MELLO, A. G. Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: Gesser, M., Böck, G. L. K., & Lopes, P. H. (Orgs.). Estudos da Deficiência: Anticapacitismo e Emancipação Social. Curitiba-PR, Editora CRV. 2020.



- GIESE, M., & RUIN, S. Forgotten bodies – an examination of physical education from the perspective of ableism. *Sport in Society*, 21:1, 2018. 152-165. DOI: 10.1080/17430437.2016.1225857
- GUMPEL, T. P., KOLLER, J., WEINTRAUB, N., WERNER, S., & WIESENTHAL, V. The 3P model for creating sustainable educational reform: an epilogue to the special issue. *Journal of Educational Administration*, vol.58, n.5, 2020. pp. 571-584. DOI 10.1108/JEA-03-2020-0074
- DEMATTHEWS, D. Addressing racism and ableism in schools: A DisCrit leadership framework for principals. *The Clearing House: A Journal of Educational Strategies, Issues and Ideas*, 93:1, 2020. 27-34. DOI: 10.1080/00098655.2019.1690419
- LA PORTE, A. M. Inverse inclusion: an experiential model for preservice teacher education. *Studies in Art Education*, 61:1, 2020. 92-96. DOI: 10.1080/00393541.2019.1699391
- LALVANI, P.; BRODERICK A. A. Institutionalized ableism and the misguided “disability awareness day”: transformative pedagogies for teacher education. *Equity & Excellence in Education*, 46:4, 2013. 468-483. DOI: 10.1080/10665684.2013.83848
- LBI. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de 6 de julho de 2015. Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, PCDLegal. Vitória. 2015.
- MENDES, E. G. Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In Victor, S. L., Vieira A.B. e Oliveira I.M. (Orgs) *Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas*. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017, 304 p.
- PADILLAA, A., TAN, P. Toward inclusive mathematics education: a metatheoretical reflection about countering ableism in mathematics standards and curriculum. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, vol.32, n.3, 2019. 299–322. <https://doi.org/10.1080/09518398.2019.1576941>
- PENKETH, C. ‘Children see before they speak’: an exploration of ableism in art education. *Disability & Society*, 32:1, 2017. 110-127. DOI: 10.1080/09687599.2016.1270819
- PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (Org.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006. p. 31-73.



TAYLOR, S. *Beasts of burden: animal and disability liberation*. New York: The New Press.  
2017.